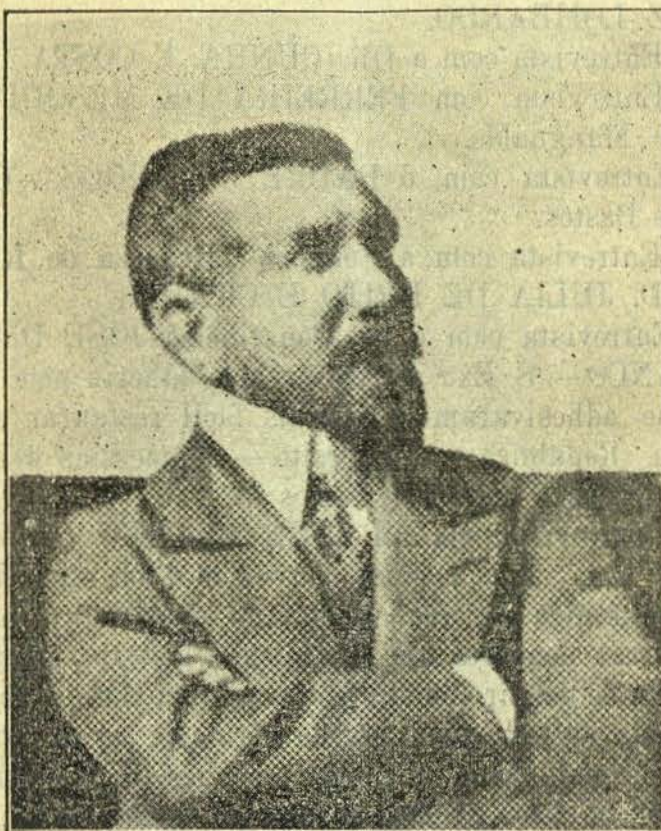


As Sete Vozes A Entrevista

Sem santo nem senha

POR **JOAQUIM LEITÃO**



CHARLES MAURRAS

O escriptor e propagandista francez que em menos de 15
annos creou uma consciente e forte corrente monar-
chica em França.

N.º 11 — Numero avulso 60 reis — 24 - I - 1914

NÃO SE ACCEITAM ASSIGNATURAS

Editor e proprietario: **MARIO ANTUNES LEITÃO**

Composto e impresso na Typographia de A. J. da Silva Telxeira, Successor — Rua da Can-
cella Velha, 70 — PORTO.

Todos os direitos da reprodução reservados

A ENTREVISTA

Numeros publicados:

- Numero 1.** — Entrevista com JOÃO D'AZEVEDO COUTINHO.
- Numero 2.** — Entrevista com o notabilissimo estadista hespanhol D. EUGENIO MONTERO RIOS.
- Numero 3.** — Entrevista com o Sr. CONDE DE MANGUALDE.
- Numero 4.** — Entrevista com o antigo Ministro do Mexico em Paris, D. MIGUEL DIAZ LOMBARDO.
- Numero 5.** — Entrevista com o DR. CUNHA E COSTA.
- Numero 6.** — Entrevista com FERREIRA DE MESQUITA, ajudante do Sr. Conde de Mangualde.
- Numero 7.** — Entrevista com o PADRE DOMINGOS — O guerrilheiro de Cabeceiras de Bastos.
- Numero 8.** — Entrevista com a Senhora Marqueza de Rio-Maior sobre a SENHORA D. JULIA DE BRITO E CUNHA.
- Numero 9.** — Entrevista com o Sr. Conselheiro JOSÉ D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO — S. Ex.^a diz porque não adheriu nem adherirá — Como julga os que adhesivaram — E' mais facil restaurar a Monarchia que aperfeçoar a Republica — O exercito — Os messias e os heroes — Para onde vamos ou para onde poderíamos ir.
- Numero 10.** — Entrevista com o PADRE AMADEU DE VASCONCELLOS (MARIOTTE) — I. A consciante conversão d'um republicano historico ao principio monarchico — Como a doutrina monarchica propagandada por Charles Maurras converte um republicano historico portuguez — Espirito scientifico, sem se deixar invadir por nenhuma especie de sentimentalismo, com uma vasta cultura que o põe ao abrigo de ser deslumbrado por qualquer orador ou publicista, Mariotte reconhece o erro republicano e democratico, e adopta e propaga a doutrina monarchica.

A ENTREVISTA occupa-se exclusivamente
de assumptos portuguezes.

TODOS OS PEDIDOS D'A ENTREVISTA DEVEM SER DIRIGIDOS:

PORTO — Mario Antunes Leitão, R. Cancellia Velha, 70-1.º

LISBOA — Agencia d'« A Entrevista », Largo de S. Paulo, 7-1.º

EXTRANGEIRO — Joaquim Leitão, 4, Rue Faustin-Hélie—Passy—PARIS.



Charles Maurras

A ENTREVISTA

Sem Santo nem Senha

POR

JOAQUIM LEITÃO

N.º 11

24-1-1914

As accusações do sr. João de Freitas

E

Os ultimos parlamentos monarchicos

Como foi possível nascer e medrar na politica portugueza o sr. Affonso Costa—A peste bubonica no Porto e a «lista da cidade»—A estreia parlamentar do sr. Affonso Costa—O fiasco parlamentar do sr. Xavier Esteves—O sr. Affonso Costa de oratorio—Scena interessante n'um quarto do «Francfort»—O sr. João Chagas assistindo ás cólicas dos srs. Affonso Costa e Paulo Falcão—O papão quasi papado pelo sr. João Franco—Velho namoro que parece recommençar—Dizem que o sr. Affonso Costa corteja agora o sr. João Franco—A celebre questão das cartas no gabinete Beirão—O sr. dr. Alexandre d'Albuquerque e o «leader» progressista—O sr. Conde de Paçõ-Vieira e o sr. D. Luiz de Castro—O que significa isto tudo.

Rememorêmos, e no fim analysaremos.

N'esse paiz onde a memoria... aos Restauradores é de pedra, os factos esquecem depressa.

Vae por ahi um côro de espanto e

indignação contra o actual primeiro ministro da Republica.

Ora a mim o que me indigna é o espanto d'este povo, e o que me assombra é essa geral indignação.

Dir-se-ia que o sr. Affonso Costa

caíu agora da bocca do sr. João de Freitas, como inopinado bolide, que este paiz não conhecia o sr. Affonso Costa, nunca ouvira fallar em tal creatura, e que o sabel-o no poder surprehende o paiz, e que ouvir accusal-o como se aquella cadeira da presidencia de ministro se houvesse subitamente transformado no banco dos réus, indigna povo tão cioso das suas liberdades.

A actual campanha contra o sr. Affonso Costa é tão vehemente que parece que cada esteio da republica e cada cidadão portuguez pergunta entre si, com os braços voltados para Allah:

—«Mas como foi possivel nascer e medrar na politica portugueza esse tal Affonso Costa!...»

Como foi possivel nascer? Dando-lhe os senhores o ser. Ah! não protestem, os senhores é que o fizeram gente.

Mas rememorêmos, rememorêmos.

A defeza em que a tentativa revolucionaria do 31 de Janeiro puzêra o regimen monarchico, e a hesitação do partido republicano, discutindo se devia ir para a urna se para a revolução, fez com que as cadeiras de Rodrigues de Freitas e de Latino Coelho em S. Bento, durante certo tempo fossem tomadas por assignantes monarchicos.

As medidas que o gabinete José Luciano houve de tomar perante a declaração, feita pelo sr. dr. Ricardo Jorge, de uma epidemia de peste bubonica isolaram o Porto da sua actividade commercial e industrial.

Em vindicta dos prejuizos soffridos, o Porto commercial e industrial isolou-se do regimen nas immediatas eleições geraes, elaborando a «lista da cidade» ou «lista de protesto».

Assim foram á Camara tres deputados republicanos, representando a cidade do Porto: o sr. Xavier Esteves,

o sr. dr. Paulo Falcão e o sr. dr. Affonso Costa.

A primeira vez que o sr. Xavier Esteves abriu a bocca, no parlamento, foi... para a fechar. Corrido por tal fiasco parlamentar, o sr. Xavier Esteves regressou immediatamente ao seu videiro labor, indo para a sua loja da Rua do Bomjardim desenganado de que não era um orador.

Em Lisboa ficaram novinhos em folha, a estrear, os srs. Paulo Falcão e Affonso Costa.

Certa noite, o sr. João Chagas foi visitar os deputados republicanos, que estavam de oratorio para o dia seguinte. N'um quarto do *Francfort*, o sr. Affonso Costa passeava agitadamente; o sr. Paulo Falcão pendia d'uma cadeira de palhinha. Pairava sobre aquelles dois provincianos o terror da «Capital», o terror da estreia parlamentar, que elles desejariam recuar e que o demonio do relógio approximava. Era para o dia seguinte. O partido, os clientes, a familia, estavam com os olhos n'elles.

—«Então?» — exclamou o sr. João Chagas.

Os debutantes encolheram os hombros derreados de responsabilidade, e não responderam nem uma nem duas.

—«Vocês estão funebres!» — commentou o sr. João Chagas. — «E' o tálo das grandes commoções!...» —, ajuntou emprestando á operêta de Gervazio e D. João da Camara, a phrase explicativa da cólica oratoria, com a sem-ceremonia de quem era amigo do Cyriaco, o grande Cyriaco, e com um certo *chic* de rapaz lisboeta.

—«Se lhe parece!...» *rosnou* o sr. Affonso Costa — «O Xavier já apanhou um zêro; a nós pôde succeder-nos outro tanto!...»

—«Fez-nos muito mal o precedente aberto pelo Xavier!...» — reconheceu o sr. dr. Paulo Falcão.

—«Mas porque não esperou o Xa-

vier para pôr o precedente no fim?! » — quiz saber o sr. João Chagas.

— « E' o que eu dizia ha pouco aqui ao Paulo: porque não guardou o Xavier o estenderete para depois! Ninguém lh'o tirava!... » — queixou-se o sr. Affonso Costa.

— « Effectivamente é pêne! — concedeu o sr. João Chagas — Mas não vejo razão para vocês estarem para ahi assim — *E com uma segurança de quem estava familiarizado com aquellas coisas* — « Vocês estão a ter um mêdo de « S. Bento » como se fosse da aula do Callixto! Vocês não os conhecem, ah! rão!... Vocês estão ahi com mêdo d'elles, e a estas horas estão elles com mêdo de vocês, a tremer como varas verdes, mettidos na cama, com rodêlas de batatas na cabeça!... »

Esta informação arrancou um sorriso ao sr. Affonso Costa:

— « Palavra?!... »

— « Ah! meu senhor!... — exclamou o sr. João Chagas, tacteando a sua pôpa branca: — « Se tremem! Se tremem! » repetiu marcando as syllabas como um martelinho de marfim que batesse o bronze cadenciado d'um verso de Hugo.

Notando que os seus provincianos iam pouco a pouco cobrando alento, o sr. João Chagas inventariou:

— « Emfim, meus caros senhores! a questão resume-se n'isto: tínhamos tres deputados; ferido o primeiro combate, ficamos com dois. Eis tudo!... *Voilà!* »

E no seu habito de lembrar quem seria *algum dia* o « unico » ministro da Republica em Paris:

— « Ah! *c'est encore quelque chose!*... »

O sr. Affonso Costa começava a arribar; mas o sr. Paulo Falcão, com o seu meditando amargôr considerou:

— « Hoje temos ainda dois deputados; amanhã talvez não tenhamos nenhum!... »

— « Sabem que mais? durmam! durmam! vocês estão pesados. E' esta execravel cozinha do *Francfort!* muitos pratos, gorduras! Ah! meu senhor! a culinaria não é uma palavra vã! *C'est de l'art!* Aconselho-lhes o *Central*: é lá que os personagens do Eça jantam, teem aventuras e teem espirito.

— « Hei-de lá ir jantar! » — prometeu o sr. Affonso Costa.

— « Não! almoçar é que vocês deviam ir amanhã. Veriam como teriam o verbo facil!... »

No dia seguinte, não está averiguado que o sr. Affonso Costa tivesse almoçado no *Central*, mas parece authenticado que os deputados monarchicos tinham almoçado todos nos *Irmãos-Unidos*.

Com uma forte densidade cerebral, os deputados monarchicos viram desde esse dia intelligencia onde havia apenas o arranco d'um homem com mêdo d'elles.

E desde esse dia se gerou na politica portugueza esse cómico espectáculo d'um parlamento com mêdo de um homem que só deixou de o temer depois que lhe disseram que parlamento e parlamentares o temiam a elle.

Desde essa hora o sr. Affonso Costa foi o papão.

Isso não impedia que o sr. Affonso Costa gostasse de se relacionar com as figuras proeminentes da monarchia, as mesmas que nos seus comícios e nos saguões das *lojas* elle deprimia e apostrophava possessamente. De todos os agaloados marechães da monarchia, era a convivencia do sr. João Franco que mais o desvanecia, chegando a dar escandalo esse namoro que o sr. João Franco tão ironicamente acceitára a essa borbolêta republicana. Deu nas vistas, o « correligionario » começou a notar, as vozes do mundo deram em dizer que o sr.

Affonso Costa andava pelo beico e pelo braço do sr. João Franco, e o caudilho sentiu-se reprehendido pelo partido, que não augurava bem d'aquella cabecinha levantada.

O sr. Affonso Costa vivia maritalmente com o partido republicano, a lei do divorcio ainda não estava lavrada, eram de reprovar aquellas maneiras da « estrella » democratica.

Separaram-se. O sr. João Franco conservou d'esse derriço passageiro o conhecimento do estôfo do sr. Affonso Costa. O sr. Affonso Costa, d'essa saudosa aventura azul-e-branca da sua vida politica, conservou a passiva admiração que as Saphos guardam pelo homem que lhes bate. E, quando o sr. João Franco, da sua cadeira de presidente do conselho, avançou para o sr. Affonso Costa a ordenar-lhe: « *Cá-le-se! Cá-le-se! Cá-le-se!* » —, o sr. Affonso Costa recuou hypnotizado, esmagado, dominado, mas seduzido.

Na alma do sr. Affonso Costa parece não ter morrido de todo essa paixão pelo sr. João Franco.

Tanto que me dizem ter o sr. Affonso Costa escripto muito recentemente, com a sua pena de primeiro ministro da Republica, uma apaixonada missiva ao sr. João Franco, em que lhe affirmava *estimar muito vel-o em Portugal, não de passagem mas para ficar e para prestar á politica portugueza os serviços que a Patria ainda espera de Sua Excellencia.*

O sr. João Franco teria respondido de fórma que o sr. Affonso Costa, mesmo a despeito da sua restricta subtileza, deve ter comprehendido que no coração do sr. João Franco, d'aquellas velhas relações já nem as cinzas existem.

E n'este cortejamento da Republica ao homem pelos republicanos mais combatido, por isso que era o que caçava na mesma vinha se encontra a

prova da insinceridade civica com que o sr. João Franco foi atacado por essa infima parcella da opposição.

Como n'esta evocação do namoro do sr. Affonso Costa ao sr. João Franco se vê como era facilmente subjugal o *terrivel* papão...

Mas n'esses ultimos parlamentos monarchicos não havia muitos Joões Francos.

E, quando o sr. Affonso Costa apresentou a comedia que na politica portugueza ficou conhecida pela *celebre Sessão das cartas*, o parlamento monarchico, ao vêr que o sr. Affonso Costa se propunha attingir e accusar um homem com cartas assignadas por outro homem, identico mas differente no nome e nos cargos, o parlamento monarchico já lá não tinha o sr. João Franco, para com a sua energia de campeão parlamentar ordenar ao sr. Affonso Costa! « *Cá-le-se! Cá-le-se! Cá-le-se!* »

Houve ainda um homem que quiz executar ali mesmo o sr. Affonso Costa. Foi o sr. dr. Alexandre d'Albuquerque. O *leader* progressista, porém, não o consentiu, e toda a direita progressista se agarrou ao jaquetão do sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, gritando-lhe:

— « *Não peça a palavra que a sessão é nossa! a sessão é nossa!* »

O sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, manietado na Camara, recuoperou a sua liberdade nas columnas do *Liberal*, levando o sr. Affonso Costa a dar-lhe contas n'um duello que acabou aos berros do sr. Affonso Costa:

— « *Estou ferido na barriga! feriu-me, feriu-me, feriu-me depois de eu o tocar!* »

— « *E' falso! é falso! é falso!* » repelliu a lealdade do sr. dr. Alexandre d'Albuquerque.

Effectivamente, examinada pelos cirurgiões a barriga do sr. Affonso Costa, mais uma vez se provou que

elle estava apenas tomado de medo.

Mas a não ser o sr. dr. Alexandre d'Albuquerque, do partido progressista e regenerador não nos lembra que n'essa sessão surdissem outras sombras além da do sr. D. Luiz de Castro e Conde de Paçô Vieira, para se... (iamos a dizer levantar-se) para se ajoelharem deante do sr. Affonso Costa, a declarar que appellavam para a honra de s. ex.^a para serem julgados e justificados!!!

Nunca como n'essa sessão parlamentar se viu a inversão dos papeis e das situações: o sr. Affonso Costa que tinha dado razão directa, e occasião para ser ali d'uma vez para sempre exautorado e desmascarado, passa de réo a juiz da honra do sr. D. Luiz de Castro e do sr. Conde de Paçô Vieira!

Foi das raras sessões a que assisti n'esse decahido parlamento portuguez; essa só bastava para abranger toda a fraqueira intellectual d'aquella representação e toda a responsabilidade d'aquelles homens.

A situação foi tão triste, tão triste para o sr. Affonso Costa, que eu vi-o no dia seguinte descer o trecho da Rua Alexandre Herculano, tomar o *electric* na avenida, de cabeça baixa, simulando muito interesse na leitura d'um folheto. Quem estava habituado a vêr o sr. Affonso Costa, de nariz no ar, verdadeiro mosqueiro de cumprimentos, e o viu n'esse dia, ao dar das duas horas da tarde, todo mergulhado no folheto, é que comprehendia quanto aquelle homem, conscio da má acção, receava cruzar os olhos com a opinião publica.

Todavia o parlamento monarchico deixou-o sair sem as algemas da merecida e facilima exautoração, e ainda mais e definitivamente o temeu, a elle, ao sr. Affonso Costa, que é capaz de cruzar de esguelha o esquerdo fer-

ro da sua espada, mas que nunca ou-sou cruzar o seu olhar com o de nenhum homem de consciencia levantada. Assim, mercê do terror monarchico, fundado na confusão da audacia com a coragem, e do descaramento com a intelligencia, chega o sr. Affonso Costa a tornar-se o terror d'um povo inteiro.

Se a sessão do Senado em que um Senador accusou de peculato o sr. Affonso Costa prova que a Justiça Immanente não dorme, as accusações do sr. João de Freitas abrangem na sua mediata responsabilidade os ultimos parlamentos monarchicos.

Pois o que significa isto tudo? O que significa aquelle constante bater de dente dos arraiaes monarchicos perante aquelle comediante politico, quando no parlamento havia verdadeiros touros, salvo seja, que desfazião quando quizessem o corpito enfezadinho do sr. Affonso Costa, pisco e canhoto?

Não significa medo physico! Não!

Não significa completamente nem geralmente cobardia moral; significa sobretudo ausencia de uma doutrina monarchica que lhes dêsse alicerces para a pugna parlamentar, significa inconsistencia de principios, ausencia de consciencia monarchica, falta de cultura intellectual, desherdança de uma doutrina constructiva a oppôr áquella doutrina destructiva, d'onde veio o respeito em vez do desprezo pelas tiradas republicanas, d'onde veio o amedrontamento pelo palrador da revolução, a vergonha de se dizerem monarchicos.

Ainda hoje, antigos parlamentares e não parlamentares, todos os senhores, declamam:

— « Ah! eu em theoria sou republicano! »

O que é isso? Ignorancia do que é a destruidora democracia, a barbara tolíce que vae em reputar indifferente

o *systema* politico monarchico ou o vandalismo republicano.

A republica portugueza falliu porque é uma doutrina fallida, cerzida de sophismas. Não é a tyrannia do sr. Affonso Costa, nem a incompetencia dos seus servidores, que dão com ella em terra: é a doutrina escancelada, esburacada e puida que não se ajusta nem pôde conter a plethora da raça portugueza e a tradição nacional. Os seus erros não são de pessoal, são de doutrina.

A democracia está condemnada por todas as intelligencias que merecem este nome. Os senhores, governantes e governados, estão sendo victimas d'um edificio de êrros que esmagou o cerebro da humanidade durante um seculo. Todos os senhores, republicanos e monarchicos, são filhos naturais do Rousseau e da Encyclopedia. Se vissem em 1789, os senhores conservadores, de hoje, que estremecem de horror perante o regicidio de 908, teriam votado a execução de Luiz XVI. A convenção era um mystiforio de classes e de mentalidades, bem sei; mas as grandes mentalidades da epocha não eram superiores á mentalidade do sapateiro Simão.

Todos esses homens estavam a calçar pela fôrma do Simão, desde que se davam por convencidos, pelo Rousseau, de que *todos os pés eram eguaes e nascidos para a mesma fôrma*.

Não admira! O illustre e culto sr. Léon de Montesquiou, ainda n'um formoso artigo da *Action Française*, de 18 de janeiro corrente, estudando Luiz XVI, escrevia:

«Luiz XVI commetteu um erro, o deixar-se vencer. Ah! é que, até certo ponto, elle mesmo foi invadido pela philosophia do tempo!»

Mas, então, essa philosophia, que parecia a verdade, ainda não dictára todos os seus erros.

Hoje a humanidade já os experi-

mentou; uma revisão cuidadosa da philosophia, uma critica historica e social applicada, rigorosa e lenta, de boa fé, reconheceu o erro, desdeu o nó do enrêdo, desfez a meada de sophismas que sobre o postulado de Rousseau, a doentia mentalidade do seculo XVIII passou em volta do pescoço da pobre Europa.

E uma doutrina equilibrada, e baseada na experiencia da vida das sociedades, desde que o homem é homem, surgiu — é a doutrina monarchica.

Os senhores, só por preguiça mental, ou por capricho, não tomariam contacto com essa doutrina. Parece-me, porém, que tal não succederá. Ninguém erra por querer.

Portugal não está perdido. A raça está intacta, apenas envenenada. E' preciso refazer a mentalidade portugueza, sob pena de naufragarmos todos n'um periodo de sublevações, de revoluções, de deposições, de transformações governativas, que só levariam á morte da nacionalidade. Somos uma raça admiravel, raça sobria, de character, de uma intelligencia prodigiosa, a mais brilhante e a mais lesta, somos o symbolo da actividade, temos o sentimento em flôr, e uma fonte tradicionalista onde ir desescaldar os labios d'esta febre de demencia em que ardemos.

Até agora ha muito de perdido, mas não tudo.

A Republica terá sido um bem, se os senhores aproveitarem os poucos ou muitos dias de ferias que teem, para estudar e reformar a mentalidade nacional.

A Monarchia continuando, nunca permittiria o tratamento ao cérebro monarchico, como a caldeira d'uma fabrica só pôde ser lavada quando pára o trabalho: iamos cada vez mais na logica da gravidade que nos puxava para o abysmo; o mal e o êrro

era partirmos do *democratismo*, e a cada agonia, a cada vômito, até os mais leaes gritavam: *mais democratismo!*

E' o bebado que quanto mais bebe mais sede tem, e que quanto mais sede tem mais bebe, suppondo que o alcool — causa da sua sede — lhe apagará a sede!

Ha muito que em mim vivia a angustia de os ouvir e de os vêr actuar na mesma indisciplina de 1910, e que eu previa a continuação do cahos nacional quando o sr. Affonso Costa e a sua *côrte* viessem occupar os quartos que nós deixaremos vagos nos hoteis de Hespanha, da França, da Belgica, da Inglaterra e da America.

Não teria nunca a coragem de lançar o grito d'alarme ao paiz, porque tornar-lhes evidente a doença sem lhes inculcar o remedio, seria a mesma crueldade que gritar-lhes: *os senhores morrem com a republica, e morrerão com a monarchia!*

Hoje, porém, nada me detem para lhes dizer:

— Cautella! Refaçam a monarchia,

mas refaçam tambem a mentalidade portugueza, para que em Portugal haja monarchicos.

N'esta segunda parte da entrevista com Mariotte, encontrarão esboçada, a traços largos uma doutrina monarchica:

Estudem-a, discutam-a, adoptem-a tal qual está ou depois de a adaptarem, abracem-a ou recusem-a, mas se essa lhes não agradar, elaborem outra.

Quando estiverem de posse de uma doutrina monarchica, nem lá de dentro nem cá de fóra, me farão mais esta serie de perguntas que andam insistentemente, constantemente na baila:

— Porque fracassou a primeira incursão?

— Porque não entrou Paiva Couceiro em Chaves?

— O que diz você ao Homero?

— Porque é que as altas patentes do exercito, o *peixe graúdo* é prêso e logo solto d'ahi a dias, e os capitães, os tenentes, os pequenos são chamados a perguntas e ficam prêsos definitivamente?

PORQUE DEVEMOS SER MONARCHICOS

ENTREVISTA COM O

P.^o Amadeu de Vasconcellos (Mariotte)

EXPOSIÇÃO DA DOUTRINA MONARCHICA

As origens e a doutrina da « Action Française » — Prova-se que republica e interesse nacional são incompatíveis — Os tres eixos da doutrina monarchica — O interesse nacional é o axioma fundamental da doutrina monarchica — A familia e a dynastia — Vivam as liberdades publicas! — A condemnação das democracias — A repugnante razão numerica — Abaixo o suffragio! — Queremos ser governados por uma élite — Democracias e aristocracias — O culto da incompetencia nas democracias — Monarchia anti-parlamentar — Parlamentos regionaes e profissionaes — Competencia e selecção — A doutrina monarchica é a unica que assegura a plena descentralisação — Liberdades corporativas e a liberdade syndical — A ultima crise ministerial franceza e os parlamentos portuguezes — Como escolherá o Rei os seus ministros — Claciscismo intellectual, claciscismo religioso e claciscismo politico — O que Portugal deve ao catholicismo — A ordem neutral e a ordem social — A harmonia do systema monarchico — Que livros deve lêr quem quizer adquirir uma consciencia monarchica — O que são os « camelots du Roi » — Sua organização e sua obra — A idéa em acção — Etc., etc., etc.

Ficamos no numero anterior de expor a doutrina que convertêra ao principio monarchico este republicano historico.

Apesar do excepcional espaço dado a esta entrevista, Mariotte pondera ainda :

Como appareceram compendiadas em França as doutrinas monarchicas — A conversão do notavel escriptor Jules Lemaitre.

— A doutrina é muito complexa e torna-se difficil resumil-a n'uma en-

trevista. Tenciono expô-la largamente n'*Os Meus Cadernos*, e já tenho a materia dividida ; pois, sabe quantos numeros d'*Os Meus Cadernos* me leva a exposição da doutrina ? Quarenta e oito numeros, de 16 paginas cada um !

— Mas emfim vamos tentar dar pelo menos uma idéa, para que o publico, que acaba de o ouvir contar a sua conversão á idéa monarchica, conheça tambem desde já o corpo de doutrina que o converteu.

— Pois, sim.

— Não se preocupe com o espaço.

— Começarei por dar esse rapido resumo historico de como appareceram compendiadas estas doutrinas monarchicas em França. Até á explosão do *Affaire Dreyfus*, — narra Mariotte —, muitos espiritos que, ao depois, abraçaram a doutrina monarchica, e hoje estão filiados na *Action Française*, acreditavam ainda nas excellencias e virtudes do systema republicano, attribuindo apenas á insufficiencia e mesquinha estatura dos homens a má applicação e nullos resultados do principio democratico. Tanto que de todos os fundadores de *Action Française*, quando ella começou, só havia um que já era monarchico: o Maurras, os máis vinham de todos os campos, mesmo da Anarchia. A França não era feliz, mas continuava desconhecendo a verdadeira razão das suas desventuras. Um governo era mau, a França esperava que outro fôsse melhor, tal qual como ao Governo Provisorio da Republica Portugueza os portuguezes esperavam que se succedesse um ministerio sabio e util, e tal qual como teem vindo a suppôr que o sr. João Chagas provasse melhor do que o sr. Augusto de Vasconcellos, que o sr. Duarte Leite fôsse melhor governante que o sr. dr. Augusto de Vasconcellos, e que o sr. Affonso Costa emendasse o sr. dr. Duarte Leite....

— Como esperará amanhã que o sr. Brito Camacho emende o sr. Affonso Costa...

— Do sr. Brito Camacho já ninguem espera coisa alguma. Nem elle proprio. A França estava a mudar de ministerios, na doce illusão de que o mal estivesse nos ministros. Em 1899, explodiu o *Affaire Dreyfus*. E que viu a França? Viu o presidente da republica, Felix Faure, todo o ministerio Meline, a Camara, o ministro da guerra Cavaignac serem vencidos

pelos dreyfusards, pelos judeus, pelos anti-nacionalistas e anti-patriotas. Viu o governo querer defender a Patria, e ser impotente para resistir á pressão judaica e maçonica. A França caiu, então, em si, e reconheceu que havia uma lacuna, um defeito essencial na engrenagem. Um automovel que pára, não é por as rodas não quererem andar; é porque o motor não deixa. Assim na vida politica franceza, essa crise nacional de 1899, não estalára por deshonestidade ou anti-patriotismo dos ministros. A França verificou que houvera ministros honestos e patriotas que procuravam o bem da Patria, e que esses homens tinham sido impedidos de exercer o seu patriotismo. Se se tratasse d'uma crise de homens, o remedio era facil: substituir os deshonestos ou os máus patriotas por gente próba e patriótica. Feita, porém, a experiencia de que mesmo entregue a um pessoal honrado e patriótico a Republica infelicitava a nação, a nação atinou com a verdadeira causa: o mal era de origem, provinha do systema. E pela primeira vez ante o espirito elegante e claro da França compareceu a questão constitucional. Existia em França um movimento que se intitulava a *Patrie Française*, fundado por tres universitarios, Syvetou, Danssert e Vaugeois, que se recusava a discutir a questão constitucional, presidente da *Patrie Française*, o illustre escriptor da Academia Franceza, Jules Lemaitre declára-o abertamente; e só após a experiencia dos factos passou por uma evolução que contou muito mais tarde no primeiro numero do jornal diario a *Action Française*: *Eu venho de muito longe. Fui republicano como quasi toda a gente o era d'antes. O 16 de maio indignou-me. Vi n'elle uma tentativa contra a liberdade. Oppuz-me ao boulangismo*

pelo mesmo motivo. Acreditei no parlamentarismo, na opinião das massas, na sua sensatez... Tive a esse respeito as opiniões correntes... Foi o *Affaire Dreyfus* que me despertou. Não de repente, não! que eu não sou homem de arrebatamentos. Mas depois das experiências a que o *Affaire Dreyfus* deu lugar. Encontrei-me à testa d'uma liga que se tornou, independente da minha vontade, eleitoral, e pude apalpar, não só os inconvenientes accidentaes, mas os malefícios essenciaes do *systema politico* do poder electivo. Vi todas as machinações, todos os «trucs», todas as fraudes governamentaes para triumpharem, seja como fôr, todos aquelles que se digam acrisolados apostolos da idéa da Patria, a mais visível, a mais simples e a mais sagrada de todas, não é verdade? comprehendí então que essa machina ia dar necessariamente, fatalmente á supremacia dos peores. Vi todas essas coisas de perto. E' triste. E' necessario um bom estomago para, depois d'isso, sonhar uma republica honesta. » Como o diz Lemaitre, a *Patrie Française* restringia o seu objectivo a fazer boas eleições. Isso não podia satisfazer os que se lembravam do gabinete Meline e da sua impotencia para defender os grandes interesses nacionaes. Então, Vaugois, vendo que o movimento da *Patrie Française* não correspondia ao que esperára d'elle, concebeu o audacioso sonho de retomar elle só o movimento patriotico, e assim fundou em junho de 1899 a *Action Française*. Não tinha dinheiro, nem appoio, nem adhesões. Imagine a lucta titanica dos primeiros tempos! Mas tinha ao seu lado alguem que dispunha do que faltava aos patriotas francezes para virem a ser fortes e municados para a lucta, que dispunha do que a alma franceza em vão procurára nos movimentos anteriores, no *Boulangismo*, mais uma falencia do personalismo, na *Patrie*

Française, mais uma prova de que as pernas não andam se o cérebro as não commanda, Vaugois tinha, emfim, a seu lado um homem que lhe levava esta poderosa força: uma doutrina. Esse homem era Charles Maurras. Medindo a indisciplina dos espiritos, e a vastidão da tarefa a realizar, Vaugois e Charles Maurras deram vinte annos para reformar a mentalidade franceza. Pois em 14 annos, a tarefa dos dois patriotas está quasi completa. A mentalidade da França é hoje bem differente do que era em 99. A *Action Française* espalhou-se por todo o paiz, contando hoje 312 centros de propaganda ramificados pela França. As adhesões contam-se aos milhares, e são os primeiros nomes das letras, das sciencias, da grande industria e do grande e pequeno commercio, do proletariado. E não são só escriptores ou sabios ou operarios que adherem, não são só os jornalistas, não são só os que já eram monarchicos por tradição que teem adoptado a doutrina monarchica. A doutrina monarchica tem feito muito mais, tem attrahido á idéa monarchica homens republicanos que provêem das primeiras cathogorias da Republica. Floreus, por exemplo, que foi ministro dos estrangeiros da Republica, e é considerado como o primeiro diplomata d'esta terceira republica franceza, ha dois annos que adheriu á *Action Française*, declarando-se monarchico, depois de ter reconhecido que a republica se oppunha, por defeito constitucional, por defeito do *systema democratico*, aos sagrados interesses da nação franceza. E vae ver como agora, depois d'este ministerio Doumergue, com a pasta dos estrangeiros e da guerra — que são as chaves das portas da França —, confiadas a homens que até o *Temps*, ao receber o novo governo, declarou mediocres, vae vêr a chuva de adhesões que o *Action Française*

recebe. Este trambolhão do ministerio Barthou vae abrir os olhos de mais alguns milhares de patriotas, e convencer-os do perigo que é para a unidade nacional uma democracia. E são outros tantos adeptos da *Action Française*, são outros tantos corações atterrados ante o perigo que a Patria corre, a abrigar-se á força e á esperança de salvação que é a *doutrina monarchica*. Tentemos agora resumir essa doutrina.

Monarchia hereditaria—A familia é a cellula social—O interesse da dynastia e o interesse da nação.

O Padre Mariotte concentra-se uns instante e começa, então, a expôr:

—Esta doutrina monarchica quer uma monarchia hereditaria, anti-liberal e anti-parlamentar. D'estas tres condições a mais difficil de fazer acceitar aos portuguezes é a anti-liberal porque o povo portuguez é o mais ei-vado de liberalismo que ha no mundo, chega ao delirio. Confundem anti-liberalismo, com ataque ás liberdades, quando o ataque é apenas á doença do seculo XVIII, chamada «liberalismo». Ao contrario a doutrina monarchica quer as liberdades publicas, o que ella não quer é o «liberalismo». Vamos methodicamente expôr os principios, e quando chegarmos ao capitulo «anti-liberal» desenvolveremos. Primeiro, pela sua ordem, estudemos a condição *hereditaria*. Se ao povo portuguez é difficil, á primeira vista, acceitar a condemnação do «liberalismo» e d'uma monarchia anti-liberal, a mim o que mais me custou a admittir foi o principio da hereditariedade, base do systema monarchico. Regressando

do êrro republicano, ao meu espirito repugnava a verdade da hereditariedade, quando n'essa verdade reside toda a razão de ser e toda a logica da doutrina monarchica. E senão vejamos. Toda a doutrina monarchica se baseia no interesse nacional; ao bem colectivo, ao bem da nação, subordina o bom monarchico toda a sua função. O que guia o monarchico, integrado n'esta doutrina, é a continuidade nacional; ora a hereditariedade do chefe d'estado é o principio fundamental á continuidade d'essa unidade concreta geographico-historica que se chama um paiz. Um verdadeiro republicano põe acima de tudo os principios revolucionarios; para um republicano a salvação da republica é uma obsessão que o não deixa pensar na salvação da patria. E', pois, em nome do interesse nacional que nós, os monarchicos integraes, repellimos os principios revolucionarios. Defendêmos a familia, que é a cellula social, o fundamento do edificio nacional. A revolução ataca a familia. Augusto Conte defende a familia, por este argumento: «*A sociedade humana compõe-se de familias e não de individuos*». Se se encara a sociedade, um povo, uma nação como um aggregado de individuos, legislar-se-ha, e governar-se-ha exclusivamente para o individuo; se se considera uma nação, um conjunto de familias, legislar-se-ha, governar-se-ha para a familia. Ter por unico objectivo o individuo é ter por unico horizonte o presente e o ephémero. Ora sendo a sociedade, não o presente, mas o passado e o futuro, para proteger a sociedade, isto é, a nação, não basta olhar ao presente, é preciso respeitar o passado e, apoiado n'elles preparar e olhar ao futuro. Desde que se considere a familia como a cellula social, e não o individuo, não se corre mais o risco de esquecer a tradição e não vêr o futuro,

pois que a família, é, como a sociedade — a nação — não o presente, mas o passado e o futuro. A sociedade tem, portanto, de escudar-se no culto do passado, e da tradição. A família é o melhor vehiculo do passado. Os principios revolucionarios, hostis e toda a especie de tradição, atacam precisamente a família. Só a monarchia pôde reconstituir a Família. A revolução, para se defender, tem de atacar a família. A Monarchia, ao contrario, tem todo o interesse em a reconstituir, fortalecer e defender porque é na força e na estabilidade das famílias que a Monarchia pôde encontrar a sua propria força e a sua estabilidade. Queremos por isso a Monarchia, que é, disse Bouald, a *garantia de todas as hereditariiedades, e a salvaguarda de todas as heranças*. O chefe d'Estado electivo, visto como é eleito, está na dependencia dos partidos. O chefe d'Estado hereditario tem uma independencia que o põe ao abrigo d'essas pressões. O Presidente da Republica tem de attender ao interesse do « individuo » o Rei só tem de attender, e não pôde deixar de attender, ao interesse da nação. O Presidente da Republica é um chefe de estado ephemero: passa, vae-se embora, vem outro. O Rei fica, e quando a morte o leve vem o filho, virá depois o neto, o bisneto. O seu interesse está ligado á Nação. Os seus erros ou cáem sobre a cabeça d'elles ou sobre a dos seus filhos, e descendentes. O interesse da família real está intimamente ligado ao interesse de todas as famílias que compõem a patria. A dynastia radicada no thrôno é tão interessada no bem commum, como qualquer família radicada ao solo patrio.

A doutrina monarchica quer o homem radicado ao solo — Liberdade de testar — A Nobreza: queremos uma nobreza e uma nobreza aberta — Os sabios e a nobreza em Inglaterra.

— Por isso mesmo, continua o Padre Mariotte, a doutrina monarchica considera como imprescindivel condição da continuidade nacional o radicar o homem, ou melhor, a família ao solo. D'ahi vem a incorporação, no programma monarchico, da liberdade de testar. A partilha da grande ou pequena casa territorial dá a incineração da terra, e á incineração da propriedade corresponde a dissociação do interesse do homem pela continuidade nacional. Grandes casas de lavrador chegam á terceira geração e teem de pôr tabiques nos quartos para repartir a herança.

— Foi o que succedeu com a extinção dos Morgadios.

— Queremos, portanto, a liberdade de testar que assegura a conservação da riqueza e acaba com os inconvenientes da preguiça parasitaria do filho do abastado despreoccupadamente á espera que os paes morram, certos de que teem de comer sem trabalhar. A Inglaterra deve parte da sua prosperidade á liberdade de testar que obrigue o rapaz a ir procurar vida, desde que não sabe se é rico ou pobre embora saiba que o pae é rico. Queremos o restabelecimento de toda a tradição. Assim queremos a nobreza. Não uma nobreza fechada, estacionaria, delinquescente como estava sendo em Portugal, mas uma nobreza aberta, com portas de entrada e portas de sahida. A nobreza é hereditaria, a que o é, mas o nobre deve poder ser expulso do livro de costados desde que o nobre provou

pelos seus actos que não era nobre. E um plebeu que mostrou nobreza no espirito, no cérebro, no coração, ou na coragem, o homem de talento, o homem de acção, o heroe ou o escriptor ou o sabio, têm direito a ser inscriptos no livro da nobreza do Reino que afinal não faz mais de que registar a nobilitação de que esse sabio, esse escriptor ou esse heroe deram mostras. Tradiccionista, a doutrina monarchica clama pela organização nobliarchica como ella foi no seu principio. Na Inglaterra é assim que se faz. Todos os grandes sabios, por mais humildes que elles sejam, são feitos nobres. E' a forma da nobreza ter uma significação e uma razão de ser, e na renovação dos seus membros reside um instincto de defeza. Uma nobreza assim, que recebe os homens de valor intellectual, as intelligencias, o trabalho e as figuras militares, não pôde ser accusada de inculta, de improductiva e de anachronica.

A condemnação das democracias — um rei não precisa de ser um homem de genio.

Mariotte fez uma pausa breve. Não é interrupção que lhe façamos. Elle está a expôr, o nosso papel é ouvir; e elle retoma a palavra:

— Assim como exigimos uma especie de responsabilidade á Nobreza, assim a exigimos ao chefe d'Estado, ao rei. Não fazemos mais, afinal de contas, do que registar um facto, porque responsaveis são sempre os reis; pois não lhes tomam os parlamentos e os povos contas dos seus actos? Não foi o Senhor D. Carlos assassinado? O que é um regicidio senão uma violenta e irregular chamada d'um chefe d'Estado ás responsabilidades? Embora as não tenha, os povos se encarregam

de lh'as assacar. Queremos, por isso, estatuir lealmente o principio da responsabilidade, queremos uma monarchia hereditaria e um rei responsavel. A condemnação das democracias está feita pela experiencia. Basta tomar uma serie de reis e uma serie de presidentes de republicas e comparar: o exame é a favor das realezas. Vê-se que os povos são mais felizes e mais prosperos sob a monarchia do que sob as republicas. Será por os reis serem intellectualmente superiores aos chefes d'Estado electivos? Não. E' o systema. Com as democracias nem os homens de genios são uteis ás suas patrias.

Um rei não precisa de ser um homem de genio: basta que seja um homem de bom senso. Luiz xiii e Luiz xiv eram mediocres, e todavia a França conheceu n'esses dois reinados uma era de esplendor nacional. Guilherme i da Prussia era um rei mediocre, e todavia fez a unificação dos estados germanicos, fundou o actual Imperio allemão, tão poderoso! Tudo milita em favor da monarchia hereditaria.

— Deixe-me collocar-lhe uma objecção que pôde muito bem ser feita por qualquer leitor. O Mariotte sabe que nos artistas e homens de letras, por exemplo, a hereditariedade é em geral regressiva: o filho d'um grande escriptor ou d'um artista pôde ser ainda um escriptor ou um artista. Se o progenitor não attingiu o zenith do valor, o filho acaba a ascensão; mas se o pae foi a authentica gloria, o filho retrocede, e a menos que não abraça outra carreira totalmente differente, raro é continuar-se a dynastia no mesmo grau de valor. Penso n'este momento n'um poeta cuja descendencia dá loucos; Camillo deu loucos na segunda geração. A progenitura do homem de genio ou dá degenerescencia declarada ou uma de-

cadencia, transmittindo-se apenas uma especie de automatismo da cellula cerebral, mercê de que o descendente é ainda escriptor ou artista, mas sem que nas suas paginas se veja a garra da aguia. Outros são infecundos...

— Pois, sim, — responde Mariotte —, mas ha uma grande differença entre a obra d'arte, o gigantesco, quasi divino trabalho de crear, e a missão d'um chefe de Estado. Aquelle exgota, consome, é o creador consumido pelo proprio fogo; esta é a accumulção de qualidades que se herdam e que o bom senso applica. Não ha comparação entre o trabalho pessoal do homem de genio, que cria a obra prima, unica, e a missão de guarda da tradicção que cabe aos chefes d'Estado hereditarios. O artista ou o poeta ou o romancista são homens de genio, quando são; os chefes d'Estado hereditarios basta que sejam homens de bom senso. Se forem homens de genio, e são-o ás vezes, tanto melhor. Ha uma degenerescencia, um caso como o do Rei da Baviera? Muda-se de rei e a dymnastia continua, como fez a Baviera. Não ha descendencia ou a descendencia é reconhecidamente incapaz, muda-se, e uma vez mudada essa é que fica sendo o portador da hereditariedade, o representante da legitimidade. E' o caso de Hespanha. Perguntaram uma vez a Maurras como comprehendia elle a questão dymnastica em Hespanha. Respondeu: *A legitimidade pertence ao D. Jayme; mas os jaymistas, como monarchicos teem de partir do principio fundamental da doutrina que é o interesse nacional, e o interesse nacional é a continuidade da monarchia actual, e o abandono do ramo que esqueceu e foi vencido.* Toda a defeza da hereditariedade do chefe d'Estado está na concordancia da solidariedade do in-

teresse dymnastico e do sagrado interesse nacional.

O anti-liberalismo.

— Vamos a estudar o *anti-liberalismo* e o *anti-parlamentarismo*.

— São os dois capitulos mais difficeis de expôr, e o primeiro a verdade philosophica e politica mais difficil de metter na cabeça de portuguezes, que são em todo o mundo o povo mais eivado dos erros da *Encyclopedie*.

— Mas nem o Mariotte nem eu pretendêmos, n'uma entrevista, tratar exaustivamente tão delicado e complexo assumpto.

— Sim, esta entrevista tem apenas o fim de revelar uma doutrina. Quem voluntariamente a quizer estudar, tem a bibliographia vastissima da *Nouvelle Librairie Nationale* que só edita a doutrina monarchica da *Action Française*; e o grande publico, a pouco e pouco a irá aprendendo na propaganda lenta da doutrina. Posto isto, digamos duas palavras sobre *anti-liberalismo* e *anti-parlamentarismo*. Antes de mais nada tranquillisemos o leitor portuguez: *anti-liberalismo* não quer dizer *combate ás liberdades*. Vejamos o que é e d'onde vem essa confusão. O que é o homem livre? E' o homem no *estado de natureza*, estado selvagem. A passagem d'ahi ao estado da vida social é uma hypothese sophistica, o *Contracto Social*. *O homem nasce livre*, dizia Rousseau, e por toda a parte carrega cadeias. E a consequencia d'esse postulado é querer desprender o individuo humano das suas antecedencias naturaes ou historicas, — laços de familia, laços corporativos, todos os laços sociaes ou tradiccionaes. Mas como elle tem de viver em sociedade, e a sociedade exige um governo, o liberalismo estabelecerá o governo da so-

cidade concedendo um suffragio a cada liberdade. A maioria exprimindo o que Rousseau chama a vontade geral, exprimirá assim uma liberdade geral. O que é a maioria? E' metade mais um. E ahi temos metade mais um representando a vontade geral total! A vontade da maioria desde então torna-se um decreto-lei do qual ninguem e nada póde recorrer, por mais util, e asizada, por mais sagrada e preciosa que seja essa coisa ou essa pessoa. A *liberdade-principio* torna-se assim o despotismo do numero. E esse despotismo do liberalismo concretizado no suffragio, vê-se, encontra-se, palpa-se, prova-se, tanto quando applicado á religião como quando se applica a economia politica. Em religião, o liberalismo declara: o homem nasce livre, e tão livre que não pode dispôr da sua liberdade, tomando voto, professando n'uma congregação religiosa. Em economia politica decreta: a concorrência das liberdades individuaes, d'onde o bem ha-de necessariamente, inevitavelmente sair é uma obra sagrada. Toda a intervenção do Estado ou da Sociedade é para a *liberdade-principio* um attentado e uma profanação. O Estado não pode legislar para o individuo em nome do interesse colectivo; todavia o individuo humano é tão livre que depois de congregado em Estado, em nome das maiorias, póde destruir o Estado, acabar com a Patria. Ah! não! não se governa uma sociedade com abstracções do espirito. A politica é uma sciencia, e uma sciencia experimental como qualquer outra. Esta sciencia tem duas fontes: a Historia e a tradição. Ora nós olhamos para a humanidade e vemos que tudo vae contra a ideologia nefasta de Rousseau. Primeiro não se encontra vestigio do tal *Contracto Social*; vê-se que os homens se aggreem em nome

primeiro d'um interesse simples; depois que os interesses se tornam mais complexos, formam-se aggremações particulares; e para harmonisar o interesse particular com o geral lá está para isso a auctoridade principal. Assim se cria a familia, a corporação, o Estado e o fecho da abobada, o chefe do Estado, o Rei. Aonde leva o postulado de Rousseau? A' democracia, ao governo do numero: em nome do principio democratico, basta contar os votos dos incompetentes para resolver as questões de interesses geral, que exigem longos annos de estudo, de pratica e de meditação. Basta recolher e sommar os suffragios dos primeiros '*zês de gatinhas*' para resolver os assumptos mais complexos e delicados. Nós, os monarchicos integraes queremos a intervenção do povo nos assumptos em que elle é competente, nos seus interesses locaes e profissionaes.

Anti-parlamentarismo.

— Estamos chegados ao anti-parlamentarismo.

— E' chegado o momento de gritar: Abaixo o suffragio! Fóra o governo do numero, o regimen das incompetencias em que se revolvem as democracias! Queremos ser governados por uma *élite*. O parlamentarismo absurdo em principio falliu nas suas consequencias praticas. A doutrina monarchica quer o parlamento regional e profissional. E d'esse que é já o escól das organizações administrativas locaes, d'onde os competentes delegam o mais competente, se destaca, então, o parlamento central que fica assim a representar a selecção suprema, a competencia das competencias. Esse parlamento central é, porém, uma junta consultiva e não um balcão de negocios e uma encruzilhada de crimes de lesa-patria prati-

cados pela associação de malfeitores que são os eleitos do suffragio universal.

— E qual é a indicação para o Rei : como escolhe elle os seus ministros ?

— Como ? Continuando a applicar a lei da selecção, o regimen das competencias : quando um homem chega a pertencer ao parlamento central elle representa já uma competencia filtrada por duas ou tres camaras. Nos que ahi se distinguem ainda, encontra o chefe do Estado seguros homens de Estado.

— E a renovação ministerial ?

— Faz-se á medida que o ministro morre, se incompatibilisa ou se extoga. Emquanto o Estadista está cumprindo uma missão não ha chinfrins parlamentares, cábolos de maiorias que o destituam. Uma obra politica, um plano não se executa entre duas sessões legislativas. Depende de tempo e de continuidade. Justamente na republica franceza a constante substituição dos ministros, que dá em média, para a pasta da guerra um ministro por anno, impede a edificação solida d'um plano. Na Monarchia anti-parlamentar o ministro fica emquanto é util, e quando sahe é substituido, sem que essa renovação acarrete crises ministeriaes. Como na Allemanha. Os ministerios do Imperio não teem crises : sahe um ministro, é substituido, não cahe um gabinête. Só assim se póde fazer obra duravel : com um chefe de Estado hereditario e com um governo que não esteja á mercê da conjura das ambições parlamentares. Veja o que succede no parlamentarismo : a ultima crise ministerial franceza. O gabinête Barthou estava-se occupando da defeza nacional da França ; os radicaes negam-lhe as medidas financeiras para executar a *lei dos tres annos*. Cahe Barthou. O interesse da França reclamava um ministerio conservador. A quem tem Poincaré de

chamar ? Aos radicaes que derrubaram o ministerio Barthou : é a chamada indicação parlamentar. Era o que se dava nos parlamentos portuguezes, que tornavam impossivel a vida politica e tanto perturbaram a normalidade da vida do Estado. Por isso nós, os monarchicos integraes, queremos os parlamentos regionaes e profissionaes, que lavram a abolição do despotismo de numero. Asseguram o governo da nação pelas *élites*, que representam a competencia e a selecção, e que teem assegurada toda a independencia, só podendo ser dissolvidos pelo Rei quando a sua acção fôr prejudicial, ao bem commum do Estado. Por isto, a doutrina monarchica é a unica que assegura a plena descentralisação, que a Republica portugueza tão mentirosamente prometteu e tão logicamente recusa agora. Dentro d'essa organização, cabem e ficam salvaguardadas todas as liberdades corporativas e a liberdade syndical, desde que ella seja a defeza dos interesses da classe.

Classicismo — Outro republicano convertido á Monarchia pela razão.

Mariotte pára um momento, deslumbrado, no extasis da esperanza no systema que está descrevendo, e resume :

— A doutrina monarchica retoma o caminho da tradicção. Somos classicos : queremos o classicismo intellectual, o classicismo religioso e o classicismo politico.

— Em religião ?

— A tradicional, o catholicismo, a quem Portugal deve os seus melhores padrões, as suas mais esplendentes glorias.

— Em intellectualismo ?

— A fonte hellenica, fonte mater da lingua e da litteratura portugueza.

— Em politica ?

— A Monarchia hereditaria, anti-democratica e anti-parlamentar. E temos tanto ou pouca razão para querermos a Monarchia em Portugal que eu conto-lhe um expressivo e notavel facto que acaba de acontecer no nosso paiz. Um homem republicano ia concorrer á Faculdade de Direito de Lisboa; escolheu para these um assumpto de historia pátria; estudou, investigou, analysou, e um bello dia chegou-se ao pé dos amigos e declarou-lhes: « *Eu já não vou ao concurso. Pelo que agora li e aprendi ao estudar para a these, a historia de Portugal é a prova do quanto o Paiz deve á Monarchia. Não posso ser republicano, e não quero acceitar as sympathias de amigos que me convidaram por me saberem republicano, que, de facto, fui emquanto não soube como hoje sei historia de Portugal* ».

Que livros deve lêr quem quizer ser consciente monarchico.

— Probidade mental e moral admiraveis!

— Ah! meu amigo! A ordem mental leva á ordem social, e o que aquelle nosso paiz precisa é de refazer a sua mentalidade, disciplinar os espiritos, ordenar a razão. E para começar a disciplinar a mentalidade, se quizer indique-lhes desde já esta meia duzia de livros: *L'Enquête sur la monarchie*, por Charles Maurras, a obra basilar sob todos os pontos de vista; só, porém, o póde comprehender bem quem conheça a historia da 3.^a Republica. Por isso para Portugal essa obra tem uma difficuldade: ser toda referida a factos da historia de França. Mas é indispensavel lê-la. Para os intellectuaes reconhecerem que só dentro d'um regimen monarchico a intelligencia póde produzir obras que a honrem sem

estar escravizada ao dinheiro, aconselhe-lhes outro livro, grande livro, de Maurras — *L'Avenir de l'Intelligence*. Sobre a questão operaria tem *La monarchie et la classe ouvrière*, de Georges Valois, como verdadeiro manual de politica externa, está indicado *Kiel et Tanger*, de Maurras, e ainda *Le coup d'Agadir* de Jacques Bauville. Maurras no *Kiel et Tanger* demonstra que uma republica não póde ter politica externa. Não devem deixar de lêr *Le Père*, de Georges Valois, que trata da philosophia da familia. Um livro muito bom para monarchicos portuguezes é: *Les Maitres de la contre-revolution* de Louis Dimier, livro de synthese, mostrando que os grandes pensadores do seculo XIX foram todos anti-democratas: Boudald, Joseph de Maistre, Le Pleyal, os Goucourt, (em arte), Balsac, o Prudhon, Fustel de Coullanges, e Renan do qual nos deram só um aspecto do seu pensamento, as paginas em que elle ataca a religião e não aquellas em que elle defende a monarchia. Depois, esses livros guiarão o leitor, atravez da já consideravel bibliographia monarchica da *Nouvelle Librairie National* que abrange já uma boa centena de volumes.

O que são os « camelots du roi » — Sua organização e sua obra — A idéa em acção.

— Os monarchicos francezes integraes trabalham denodadamente: no terreno das idéas como no terreno da acção. Só esse corpo de exercito que se chama os « *camelots du roi!* »

— D'onde lhes vem esse nome?

— *Camelot*, como sabe, é o vendedor ambulante do brinquedo engenhoso, da novidade, do *article de Paris*, cançonetas, etc., que andam pelos *boulevards*. Ora os realistas francezes, de

todas as classes, desde o operario ao fidalgo, costumam vender os seus jornaes e brochuras ás portas das igrejas e das salas de reunião; a imprensa inimiga começou a chamar-lhe *camelots do roi*. E, como com o termo *Thalassa* dirigido depreciativamente aos franquistas, nos comêços, os realistas francezes fizeram como os franquistas: adoptaram ufanamente o titulo de *Camelots du Roi*.

— E qual é o papel do *camelots du roi* no partido monarchico francez?

— Os *camelots* são uma organização de combate dos realistas francezes em que o medico, o nobre, o operario são verdadeiros Soldados do Rei. Conheço alguns rapazes formados em direito que teem estado na cadeia por uma acção como *camelots du roi*, e d'isso se mostram muito orgulhosos. Batem-se na propaganda, expondo-se na exaltação das corrupções radicaes, e sabem que se hão-de bater amanhã quando a revolução da restauração estalar. São a idéa feita acção. E' preciso semear a idéa em Portugal, para que a idéa germine em acção, mas acção systematisada. E havemos de semeal-a. A emigração de 1820, com Herculano na vanguarda levou para Portugal uma meada de sophismas de doutrinas nefastas. Semeou, fructificou, envenenou, amputou a tradição, atrazou, entorpeceu, empobreceu, destruiu, anarchisou, infelicitou. Vae quasi um seculo passado. Ha uma geração de 1914-20 como houve uma emigração de 1820. A de 1820 levou por Portugal uma doutrina destructiva, a de 1920 levará para Portugal uma doutrina constructiva. Cumprimos assim o nosso dever de portuguezes, o nosso dever de activi-

dade, e de intelligencia. E assim como os escriptores de 1820 souberam semear o que suppunham a belleza e a verdade, e que era o veneno e o erro, — nós saberemos semear o que temos a certeza que não é o erro nem o veneno, mas a salvação de uma raça e de um povo. Podemos salvar-nos e havemos de salvar-nos não com *partidinhos* monarchicos, nem com a adoração passiva por personalidades, não com a fé paganista em Messias mas com uma monarchia feita por consciences monarchicos.

Miguelismo e miguelistas.

— Uma ultima pergunta, Mariotte? O miguelismo?

— Não conheço. Conheço a doutrina monarchica, que em nome do bem nacional me impõe uma monarchia com um Rei que reuna as condições nacionaes e internacionaes para ser o Rei. Esse Rei que reúne essas condições nacionaes e internacionaes é o Senhor D. Manuel. O monarchico que diz: tanto me faz o Senhor D. Manuel como o D. Miguel, não é um monarchico, é tão monarchico como os que dizem: *Eu cá em theoria sou republicano. Monarchia e republica ambas podem ser boas. Sou indifferente á questão de regimen*. O miguelismo é respeitavel no amor a uma familia. Mas o miguelista que queira merecer o nome de monarchico portuguez, tem de abandonar a sua veleidade partidaria e olhando mais ao bem nacional que ao interesse de uma familia — a do infante D. Miguel — comprehender que o unico regimen que convém a Portugal é a Monarchia e o unico Rei S. M. o Senhor D. Manuel II.